



Almirante Tamandaré  
Prefeitura da Cidade

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – 2022**

**NÚCLEO: ATENÇÃO PRIMARIA**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Promover ações no dia de combate à Mortalidade Materna, Outubro Rosa, Agosto Azul, Semana Mundial da Amamentação, Dia de Combate a Violência e Dia de combate ao tabagismo, entre outros	Promover ações nas escolas, instituições públicas e privadas sobre as temáticas de prevenção e promoção a saúde.	R\$ 15.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3. 263, de 11 de dezembro de 2019.
Realizar reuniões técnicas com equipe de saúde.	Atualização e Educação Permanente com as equipes de Saúde.	R\$ 5.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3. 263, de 11 de dezembro de 2019. Portaria nº 3. 270, de 11 de dezembro de 2019.

Capacitar os profissionais dos Serviços de Saúde	Atualização e Educação Permanente das equipes de Saúde.	R\$ 50.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3. 263, de 11 de dezembro de 2019.
Participar de congressos, cursos entre outros	Atualização e Educação Permanente da equipe de Saúde.	R\$ 15.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3. 263, de 11 de dezembro de 2019.
Manter programas de políticas de saúde: Ostomizados, Oxigenioterapia, Curativos especiais e Tabagismo	Atender 100% o público que necessitam dos programas de Saúde	R\$ 100.000,00	Recurso Estadual  Recurso Municipal
Implantar Programa Equipe Itinerante.	Realizar atendimento médico, de enfermagem e odontológico a população das regiões rurais do município.	R\$ 50.000,00	Recurso Municipal
Manter a prática do acolhimento nas Unidades Básicas de Saúde.	Realizar acolhimento de 100% da população que procura os serviços das Unidades Básicas de Saúde.		-

Manter horário estendido de atendimento conforme Programa Saúde na Hora, Unidade Básica de Saúde Cachoeira.	Ampliar horário de atendimento à população.	R\$ 22.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde
Aumentar percentual de acompanhamentos das pessoas hipertensas e/ou diabéticas	Melhorar a assistência nas Unidades Básicas de Saúde.	R\$ 40.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 2979, de 12 de novembro de 2019.

#### **NÚCLEO: ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E NASF**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Fortalecer a Estratégia Saúde da Família.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação permanente dos ACS e da Equipe ESF com fornecimento de coffee break.</li> <li>- - Territorialização por Unidade de Saúde</li> <li>- Elaboração de mapas inteligentes identificando área de abrangência das equipes ESF e micro áreas de cada ACS.</li> <li>- Elaboração de material educativo para a população.</li> <li>- Acompanhar a evolução dos resultados das equipes de ESF.</li> </ul>	R\$ 30.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3. 263, de 11 de dezembro de 2019.

<p>Reestruturar a Estratégia Saúde da Família, redefinir forma de contratação de recursos humanos, Agente Comunitário de Saúde.</p>	<p>- Contratar 30 ACS</p>	<p>R\$ 60.000,00</p>	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019. Portaria nº 3. 263, de 11 de dezembro de 2019. Portaria nº 3. 270, de 11 de dezembro de 2019.</p>
<p>Monitorar e avaliar o desempenho das equipes de ESF</p>	<p>- Monitorar e avaliar as equipes de ESF, quanto ao desenvolvimento das ações propostas pela coordenação através da análise dos relatórios mensais das equipes. - Reuniões com as equipes de ESF bimestralmente, ou quando se fizer necessário. - Planejar ações a curto, médio e longo prazo pelos indicadores epidemiológicos da área adscritas (saúde da criança e adolescente, saúde da mulher, saúde do homem, saúde do idoso e saúde mental).</p>	<p>R\$ 3.000,00</p>	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º de julho de 2019</p>
<p>Promover identificação e segurança para as equipes ESF</p>	<p>- Aquisição de uniformes, EPIs e materiais para as atividades laborais dos ACS (camisetas, chapéus, coletes, calças, mochila, repelente, capa de chuva, protetor solar fator 30).  - Aquisição de tablets com configuração compatível aos programas do Ministério da Saúde.</p>	<p>R\$ 80.000,00</p>	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 1.551, de 1º julho de 2019  Resolução SESA nº 604/2015 e nº 276/2017.</p>

Retomar o trabalho do Núcleo Ampliado saúde da Família (NASF).	Realização de oficinas, palestras para a população nas Unidades Básicas de Saúde, abordando assuntos pertinentes a realidade local.	R\$ 10.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 2.979, 12 de novembro de 2019. Portaria 3.222 de 10 de dezembro de 2019
--	---	---------------	--

### NÚCLEO: SAÚDE DA MULHER

OBJETIVOS	AÇÃO PROGRAMADA	PREVISTO (R\$)	FONTE DO RECURSO
- Participar de Campanhas que envolvam o tema Saúde da Mulher	- Ação voltada ao Dia internacional da mulher - 08/03 com distribuição de brindes Ex: Bótons ou canetas	R\$ 15.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte: 1494
- Intensificar o Outubro Rosa em nosso Município	- Realizar compra de aproximadamente 1.000 sacolas ecológica de pano na cor rosa para os funcionários da saúde como forma de divulgação ao mês de conscientização a prevenção ao câncer de mama - Realizar uma campanha de coleta de preventivos de Janeiro à Outubro de 2021 e de acordo com a(s) Unidade(s) que atingir a meta de coleta de preventivo e pedido de mamografia proporcionar	R\$ 20.000,00  OBS: Se nenhuma unidade atingir a meta não será realizado, se tiver mais de uma o valor será dividido em de acordo com o número de funcionários	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494

	<p>um coffee break a equipe como forma de premiação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar a compra de um canhão pra iluminação do Centro de Saúde da Mulher</li> <li>-Realizar um café com depoimentos das mulheres que realizaram tratamento por câncer de mama</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar de Congressos presenciais ou virtuais que envolvam o tema Saúde da Mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encaminhar trabalhos para aprovação em Congressos relacionados ao tema saúde da mulher e se aprovados participar de congressos, custeando inscrição, transporte, hospedagem e alimentação</li> </ul>	R\$ 10.000,00	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar Grupos de Gestante e visita a maternidade de referência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retornar Grupos de Gestante se possível em parceria com APMI mensalmente no Centro de Convenções fornecendo café e entrega do Kit gestante ao final da gestação;</li> <li>- Realizar uma vez ao mês visita a maternidade de referência as mulheres do terceiro semestre de gestação fornecendo transporte (micro-ônibus) e lanche (água/suco/bolacha e frutas)</li> </ul>	R\$ 20.000,00	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494</p>

<p>- Realizar palestras nas empresas do nosso Município sobre os temas relacionados a Saúde da Mulher</p>	<p>- Realizar a compra de um notebook com câmera para facilitar o trabalho de apresentação</p>	<p>R\$ 3.000,00</p>	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494</p>
<p>- Benfeitorias ao Centro de Saúde da Mulher</p>	<p>- Realizar a compra de cortinas e black out para todas as salas; -Realizar o aumento de um consultório com banheiro ao paciente visto que o mesmo se encontra fora do prédio e atualmente as colposcopias estão sendo realizadas no Centro de Especialidades e devido a falta de consultório não há como ter atendimento ginecológico; Sendo já solicitado na PAS 2020 e exigência do COREN PR - Realizar a confecção de um toldo na lateral para possíveis reuniões e palestras - Realizar a compra de um banco de praça para a frente devido a recepção ser pequena podendo assim os acompanhantes esperarem na parte de fora de forma mais acomodada - Realizar a compra de 2 armários para</p>	<p>R\$ 150.000,00</p>	<p>Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494</p>

	<p>armazenamento de materiais educativos e de escritório</p> <p>- Realizar a compra de uma impressora colorida com scanner</p> <p>-Realizar a compra de uma TV smart e um celular para uso do Centro de Saúde da Mulher (roubados em 10/11/2021)</p>		
- Uniformizar os funcionários do Centro de Saúde da Mulher	- Confeccionar camisetas, colete e jaqueta padrão para as funcionárias do Centro de Saúde da Mulher	R\$10.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494
- Aumentar os atendimentos das mulheres com preventivos alterados (colposcopias)	- -Realizar a compra dos materiais necessários para colposcopia (lugol, ácido acético, pinças entre outros)	R\$5.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494
- Realizar a confecção de cartão visita/folder do Centro de Saúde da Mulher	- Descrever os tipos de atendimentos realizados no Centro de Saúde da Mulher como formas de agendamento seja por telefone, Programa Cadastro Saúde em Dia, para divulgar a população	R\$10.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Fonte:1494

**NÚCLEO: SAÚDE DO HOMEM**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Implantar Protocolo da Atenção à Saúde do Homem.	Qualificar a assistência à saúde do homem		-
Realizar ações de prevenção à doença, promoção a saúde e pré-natal do parceiro.	Realizar palestras nas Unidades Básicas de Saúde		-
Participar das ações de reabilitação para Homens Agressores, conforme solicitação da 1ª Vara Criminal	Realizar palestras para homens que estão em ações de reabilitação.		-

**NÚCLEO: SAÚDE DO IDOSO**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Implantar Protocolo da Atenção à Saúde do Idoso.	Qualificar a assistência à saúde do idoso.		-

Realizar estratificação de risco do idoso.			-
Manter 20% das vagas de consultas médicas e de enfermagem para a pessoa idosa nas Unidades Básicas de Saúde.	Garantir o direito da pessoa idosa, realizando agendamentos de atendimentos via telefone		-
Manter participação dos profissionais de saúde nos grupos da terceira idade.	Realizar palestras para os grupos da terceira idade		-

#### **NÚCLEO: SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Implantar Protocolo de Atenção à Saúde da Criança.	Promover melhora na assistência às crianças do município.	-	-
Realizar capacitação em puericultura às equipes dos serviços de saúde.	Atualização e Educação Permanente com as equipes das Unidades de Saúde.	R\$ 8.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde – Manutenção e Serviços Públicos de Saúde.
Criar fluxo de acompanhamento e encaminhamentos em STORCHZ +HIV.	Promover melhora na assistência para as crianças expostas à infecções não bacterianas perinatais.	-	-

Realização de campanhas educativas nas escolas municipais e estaduais sobre o uso de drogas.	Promover prevenção ao uso de álcool e drogas.	-	-
Realização de campanhas educativas nas escolas municipais e estaduais sobre IST/AIDS.	Promover a prevenção e conscientização sobre IST/AIDS.	-	-
Realizar acompanhamento nutricional das crianças e adolescentes obesas e com sobrepeso via Central de Marcação de Consultas.	Prevenir a obesidade infanto-juvenil.	R\$ 2.000,00	FNS Portaria PSE 1055 de 25 de abril de 2017
Realizar ações nas escolas municipais com enfoque nutricional: - análise sensorial dos alimentos. - atividade de educação nutricional - antropometria.	Prevenir a obesidade infanto-juvenil.	R\$1.000,00	FNS Portaria PSE 1055 de 25 de abril de 2017
Incentivar a participação dos técnicos das Unidades Básicas de Saúde na Rede de Proteção à Criança e Adolescente.	Conscientizar os equipamentos sobre a importância da participação ativa na Rede de Proteção.	-	

**NÚCLEO: SAÚDE BUCAL**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Trabalhos com a equipe de saúde bucal	Continuação dos projetos das equipes de saúde bucal - Projeto ART - Acolhimento e agendamento	Realizado pela Segunda Regional do Paraná e pelos funcionários da US, cirurgiões-dentistas e TSB e ASB	Recurso Estadual
Monitoramento dos atendimentos odontológicos dos cirurgiões-dentistas	Monitoramento dos através do programa IDS e de planilhas mensais para controle de pacientes iniciados e concluídos atendidos pelos cirurgiões-dentistas	Realizado pelos próprios cirurgiões-dentistas e pela coordenação da odontologia	
Supervisão nas orientações de higiene bucal junto à equipe de saúde bucal	Supervisionar e acompanhar as orientações de higiene bucal em diferentes equipamentos no município	Realizado pelas TSB e ASB das US e coordenação da odontologia	

Ações no Dia da Mulher, Mamaço em Agosto, Outubro Rosa, Novembro Azul, dia do Combate do Tabagismo.	Promover ações de orientação de higiene bucal para promoção e prevenção da saúde bucal e orientação de prevenção de câncer bucal	Realizado pelos TSB e ASB e coordenação odontológica junto à atenção primária	
Programa “Tamandaré Sorridente”, aquisição de kits de higiene bucal infantil	Distribuição de kits de higiene bucal nos CMEIS e escolas municipais para realização de escovações supervisionadas pelas TSB	R\$ 106.680,00	Recurso Municipal
Reuniões com a equipe de saúde bucal	Atualizações e discussões sobre acolhimento e fluxo de agendamento (consultas iniciais e concluídas) para atendimento aos pacientes	Realizado pela equipe de saúde bucal da US	
Monitorar o Programa Estadual de Bochecho com Flúor	Monitoramento através de relatórios mensais a serem enviados para Regional	R\$1.130,00	Recurso Estadual
Implantar o Laboratório Regional de Próteses Dentárias (LRPDs)	Promover a ampliação do acesso à reabilitação oral dos pacientes	R\$7.500,00	Recurso Federal e Municipal
Evento em outubro aos cirurgiões-dentistas	Promover um evento no mês de outubro celebrando o dia do cirurgião-dentista	Realizado pela coordenação de odontologia	

Aumento das unidades de Saúde com atendimento odontológico	Aumento das equipes de saúde bucal promovendo acolhimento e agendamento dos pacientes	Contratação de profissionais ou concurso público.	Recurso Federal
Aquisição de kits de higiene bucal para gestantes	Distribuição de kits de higiene bucal para as gestantes como incentivo para as mesmas procurarem consultas odontológicas	R\$ 5.000,00	Recurso Municipal
Ação bucal para o Novembro Vermelho – combate ao Câncer Bucal	Ações das equipes Odontológicas nas Unidades de Saúde promovendo a prevenção nos pacientes em relação às lesões bucais.	Realizado pelos próprios cirurgiões-dentistas e pela coordenação da odontologia	

#### **NÚCLEO: ASSISTÊNCIA NUTRICIONAL**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Educação Nutricional	Impressão de material informativo/educativo.	R\$ 5.000,00	Financiamento das ações de alimentação e nutrição (FAN)
Semana Saúde na Escola	Alimentação Saudável e prevenção da obesidade infantil.	R\$ 40.000,00	Programa Saúde nas escolas/Crescer Saudável

Programa Municipal de Dietas Especiais	Dispensação/fornecimento de Dietas e Fórmulas especiais.	R\$ 400.000,00	Recurso Livre
Agosto Dourado	Mamaço	R\$ 2.000,00	FAN
Outubro Rosa	Alimentação na prevenção do câncer.	R\$ 2.000,00	FAN
Semana Mundial da Alimentação	Alimentação adequado e Saudável.	R\$ 6.000,00	FAN
Novembro Azul	Saúde do Homem.	R\$ 2.000,00	FAN
Alimentação do Pronto Atendimento 24 horas	Alimentação para pacientes em aguardando internamento via central de	30.00,00	Recurso Livre
Incentivo para a Estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional (PMAQ-AB)	Aquisição de equipamentos antropométricos adequados)	R\$ 15.000,00	Vigilância Alimentar e Nutricional PMAQ
Acompanhamento do Programa Federal Bolsa Família	Acompanhamento da Saúde	R\$ 0,00	IGD-M
Acompanhamento do Programa Nacional de Suplementação de Ferro.	Registro do número de acompanhamentos de crianças, gestantes e nutriz suplementadas.	R\$ 7.000,00	Financiamento da assistência farmacêutica.

Atenção a pacientes com obesidade, diabetes e hipertensão.	Atendimento precoce às pessoas com DCNTs durante a pandemia da COVID-19.	R\$ 0,00	Incentivo Financeiro Portaria 2.994, 3/11/2020
--	--	----------	--

### NÚCLEO: ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVOS	AÇÃO PROGRAMADA	PREVISTO (R\$)	FONTE DO RECURSO
Implementar o Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica (IOAF) – para estruturação das farmácias municipais, dispensários das Unidades de Saúde e central de abastecimento farmacêutico, e capacitar os profissionais envolvidos na Assistência Farmacêutica do município, conforme ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1016/2021.	a) Aplicação dos recursos para despesas de custeio e investimento da Assistência Farmacêutica de 2014 a 2022.	Recurso referente a despesas correntes/custeio: R\$ 14.000,00  Recurso referente a despesas capital/investimento: R\$ 19.000,00	Recurso Estadual Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica – IOAF
Adquirir medicamentos através do Consórcio Intergestores Paraná Saúde.	Manter a distribuição de medicamentos e material médico-hospitalar e outros programas municipais. Licitações próprias e consórcios.		Recurso Federal Recurso Estadual Recurso Municipal

**NÚCLEO: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Permitir vigilância ativa de doenças e agravos de notificação compulsória, principalmente frente às situações de epidemias ou alteração do padrão epidemiológico.	<p>Realizar busca ativa de casos nos estabelecimentos de saúde;</p> <p>Alimentar regularmente a bases de dados nacional - SINAN, conforme estabelecido pelo MS;</p> <p>Digitar diariamente as notificações recebidas e enviar lote semanal ao SINAN;</p> <p>Encaminhar toda segunda-feira as planilhas complementares e o boletim de notificação semanal.</p> <p>Responder oportunamente às mudanças na situação epidemiológica, com base em relatórios, recomendados e informações públicas para toda a rede de serviços de saúde,</p> <p>Participação dos profissionais da Vigilância em Saúde em treinamentos, feiras e congressos de temas relevantes a própria vigilância.</p>		Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994
Detectar e encerrar oportunamente os eventos de saúde pública de notificação imediata	Monitorar o sistema online GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial) semanalmente quanto ao resultado de exames laboratoriais encaminhados para o LACEN;	10.000,00	Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994

	<p>Atualizar fluxo de retorno do Sistema SINAN semanalmente;</p> <p>Realizar busca ativa de informações para complementar os dados das fichas de notificação compulsória;</p> <p>Digitar oportunamente os dados complementares para finalização das fichas;</p> <p>Orientar os serviços de saúde quanto ao preenchimento correto das fichas de notificações.</p>		
<p>Manter a inferência sobre a qualidade das informações relativas às causas de mortalidade, contribuindo na avaliação da qualidade das estatísticas, relevante para a análise do perfil epidemiológico de mortalidade da população e diagnóstico de situação de saúde</p>	<p>Realizar semanalmente a retroalimentação de dados do Sistema SIM federal, identificando novos óbitos com causa mal definida, conforme Cap. XVIII do CID 10;</p> <p>Investigar oportunamente os óbitos segundo as orientações do Manual para Investigação do Óbito com Causa Mal Definida, Ministério da Saúde (MS), 2009;</p> <p>Corrigir as informações acerca da causa do óbito do módulo SIM, conforme informações coletadas nas investigações;</p> <p>Sensibilizar os médicos quanto ao preenchimento adequado da Declaração de Óbito.</p>	<p>5.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

<p>Assiduidade da informação, oportunidade de disponibilização de dados para a formulação de políticas públicas e monitoramento de eventos estratégicos.</p>	<p>Coletar as declarações de nascidos e óbitos nos estabelecimentos de saúde de ocorrência;</p> <p>Realizar busca ativa de DO, através de confronto dos registros dos sepultamentos nos cemitérios locais com os bancos locais do SIM, cartórios, SVO, IML e estabelecimentos de saúde;</p> <p>Realizar busca ativa de DN, através de confronto dos registros dos locais de ocorrência com os cartórios e estabelecimentos de saúde;</p> <p>Digitar as declarações de nascidos no SINASC e de óbito no SIM local;</p> <p>Utilizar o aplicativo SISNET para transmissão de dados do município diretamente ao Ministério da Saúde;</p> <p>Sensibilizar os médicos quanto ao preenchimento da Declaração de Nascidos (DN) e de Óbito (DO);</p> <p>Realizar a retroalimentação do SINASC e do SIM no mínimo uma vez ao mês.</p>	<p>5.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Diagnosticar antecipadamente a ocorrência de novos casos de hanseníase entre os contatos domiciliares dos pacientes diagnosticados com hanseníase</p>	<p>Realizar busca ativa para captação dos contatos intradomiciliares, sempre que necessário;</p> <p>Agendar consulta médica especializada anualmente para avaliação dos contatos de hanseníase;</p>	<p>4.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

	<p>Atualizar o boletim mensal de acompanhamento do SINAN quanto às informações obtidas acerca dos contatos intradomiciliares.</p>		
<p>Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes</p>	<p>Acompanhar os casos em tratamento quanto à adesão e uso adequado dos medicamentos até o momento da alta;</p> <p>Monitorar os casos em tratamento que já estão em condição de alta por cura, ou seja, casos paucibacilares que já tomaram a 6ª dose supervisionada e, casos multibacilares que já tomaram 12 doses;</p> <p>Intermediar o agendamento de consultas e avaliações médicas no serviço de referência para hanseníase;</p>	3.000,00	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.</p>	<p>Manter sistema de registro de aprazamento de vacinas mensalmente;</p> <p>Avaliar mensalmente a cobertura vacinal através de relatórios e acompanhamento do SIPNI;</p> <p>Estimular as Unidades de Saúde a verificar mensalmente os faltosos e realizar busca ativa;</p> <p>Mantimento de imunobiológicos, seringas, agulhas e cartões de vacinação nas Unidades de Saúde em quantidade suficiente para atender a demanda;</p>	45.000,00	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

	Assessorar tecnicamente e supervisionar as unidades de vacinação deste município quanto à utilização do sistema próprio - IDS.		
Avaliar a dinâmica da cobertura vacinal e melhorar o controle do estoque de imunobiológicos	<p>Registrar nominalmente o procedimento de vacinação (registro do vacinado).</p> <p>Transmitir os dados mensalmente assim como a movimentação de imunobiológicos.</p> <p>Capacitar as equipe técnicas da atenção primária regularmente sobre as atualizações em sala de vacina controle das doenças transmissíveis e nos sistemas de informação;</p> <p>Assessorar tecnicamente e supervisionar as unidades de vacinação deste município quanto ao atendimento em sala de vacina;</p> <p>Utilizar o Instrumento de Supervisão em Sala de Vacina do Ministério da Saúde/SESA, uma vez ao ano;</p> <p>Manter funcionários envolvidos em salas de vacinação atualizados quanto à emissão de novas Portarias e Notas Informativas do Ministério da Saúde / PNI.</p> <p>Monitorar as ações de cobertura vacinal;</p> <p>Manter equipamentos de informática das salas de vacina em condições adequadas para o uso do sistema de informação.</p>	10.000,00	Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994

<p>Reduzir o número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.</p>	<p>Ampliar a testagem para HIV das gestantes nas Unidades de Saúde;</p> <p>Notificar e monitorar gestantes infectadas com HIV;</p> <p>Orientar as equipes das Unidades de Saúde quanto aos encaminhamentos, manejo adequado e tratamento oportuno da gestante e parcerias sexuais.</p>	<p>8.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Facilitar o acesso e diagnóstico de HIV</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Facilitar a oferta da testagem rápida do HIV em todas as unidades de saúde;</li> <li>- Estimular a adesão do teste pelas Unidades de Saúde;</li> <li>- Manter profissionais capacitados para a realização dos testes rápidos;</li> <li>- Manter as Unidades de Saúde abastecidas com os insumos necessários para a realização dos testes;</li> <li>- Participar de datas especiais como campanhas de coleta de preventivo, carnaval, dia da mulher, agosto azul, outubro rosa, entre outros</li> </ul>		
<p>Tratar precocemente a tuberculose ativa ou latente em contatos com diagnóstico positivo</p>	<p>Encaminhar contatos para avaliação médica e realização de exames para tuberculose e HIV;</p> <p>Notificar e tratar infecção latente quando diagnosticado;</p> <p>Atualizar mensalmente o Boletim de Acompanhamento registrando no Sinan Net os dados que possam estar pendentes</p>	<p>2.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

<p>Reduzir o percentual de óbitos passíveis por qualificação da Atenção Primária.</p>	<p>Qualificar os dados do SIM para DCNT rotineiramente;</p> <p>Disseminar as informações de mortalidade por DCNT e seus fatores de risco para gestores e Atenção Primária.</p>		<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Identificar dentro dos óbitos em mulheres com idade fértil a ocorrência de óbitos maternos não declarados</p>	<p>Realizar semanalmente a retroalimentação de dados do Sistema SIM federal, identificando novos óbitos;</p> <p>Realizar visita domiciliar em até 45 dias após o óbito;</p> <p>Preencher os formulários destinados à investigação de óbito em MIF;</p> <p>Repassar informação ao Comitê de Mortalidade de óbito ocorrido em gestante, puérpera ou mulheres com parto realizado há menos de 1 ano da data do óbito;</p> <p>Realizar cópia em arquivo digital dos casos investigados pelo Comitê.</p>	<p>5.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Reconhecer os determinantes dos óbitos infantis e fetais e reduzir a taxa de mortalidade infantil, assim como a mortalidade fetal com o monitoramento da qualidade da assistência pré-natal, da vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto evitando a sua peregrinação, das boas</p>	<p>Realizar semanalmente a retroalimentação de dados do Sistema SIM federal, identificando novos óbitos;</p> <p>Solicitar prontuário hospitalar à 2ª Regional de Saúde e realizar visita domiciliar em até 45 dias após o óbito;</p> <p>Realizar a investigação dos óbitos infantis e fetais e preencher os formulários destinados à</p>	<p>3.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

<p>práticas durante o atendimento ao parto e nascimento e da qualidade da atenção hospitalar ofertada a crianças menores de 1 ano.</p>	<p>investigação de óbito, conforme modelo padronizado pela SESA;</p> <p>Realizar relatório de cada caso individualmente, reunir integrantes do Comitê de Mortalidade para discussão dos casos avaliados e repassar as conclusões para as equipes da Atenção Primária;</p> <p>Encaminhar os casos investigados para a Vigilância Epidemiológica da 2ª Regional Metropolitana de Saúde;</p> <p>Desenvolver ações em conjunto com a Atenção Primária para redução dos coeficientes de mortalidade (reuniões de gestantes e de puericultura).</p>		
<p>Reconhecer os determinantes dos óbitos maternos e reduzir a taxa de mortalidade materna com a avaliação do acesso ao pré-natal, da qualidade da assistência oferecida no pré-natal e no parto,</p>	<p>Realizar semanalmente a retroalimentação de dados do Sistema SIM federal, identificando novos óbitos;</p> <p>Solicitar prontuário hospitalar à 2ª Regional de Saúde e realizar visita domiciliar em até 45 dias após o óbito;</p> <p>Realizar a investigação dos óbitos maternos e preencher os formulários destinados à investigação de óbito, conforme modelo padronizado pela SESA;</p> <p>Realizar relatório de cada caso individualmente, reunir integrantes do Comitê de Mortalidade para discussão dos casos avaliados e repassar as</p>	<p>3.000,00</p>	<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

	<p>conclusões para as equipes da Atenção Primária;</p> <p>Encaminhar os casos investigados para a Vigilância Epidemiológica da 2ª Regional Metropolitana de Saúde;</p> <p>Desenvolver ações em conjunto com a Atenção Primária para redução dos coeficientes de mortalidade (reuniões de gestantes e de puericultura);</p>		
<p>Determinar a qualidade do pré-natal, reduzir a probabilidade de transmissão vertical da sífilis por meio do tratamento, consequentemente reduzindo anualmente o número de casos de sífilis congênita</p>	<p>Monitorar o diagnóstico e tratamento das gestantes e parceiros sexuais realizados pelas Unidades de Saúde;</p> <p>Encaminhar memorando às Unidades com exames laboratoriais alterados para sífilis, orientando busca ativa, notificação e tratamento;</p> <p>Implementar rotina de teste rápido para sífilis com exame realizado na abertura de SIS pré-natal;</p> <p>Estimular preenchimento da notificação de violência quanto há recusa de tratamento por parte da gestante ou parceiro;</p> <p>Avaliar mensalmente todas as notificações de sífilis congênita;</p> <p>Encaminhar para as Unidades de Saúde os casos de sífilis congênita para seguimento do</p>	20.000,00	Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994

	recém-nascido conforme protocolo do Ministério da Saúde;		
Avaliar a oportunidade de entrega de tratamento antimalárico e orientar o planejamento das ações para garantir o acesso oportuno ao diagnóstico e tratamento de malária.	<p>Detectar precocemente os casos confirmados de malária,</p> <p>Identificar o parasito, para definir o tratamento adequado em cada caso, conforme suas especificidades, com o objetivo de interromper o seu desenvolvimento;</p> <p>Iniciar imediatamente o tratamento, de forma a reduzir a parasitemia e evitar o agravamento do quadro;</p> <p>Orientar cuidadosamente quanto aos tipos de medicamento que estão sendo oferecidos, à forma de ingeri-los e aos horários de administração que devem ser adequadas às diferentes características do paciente;</p> <p>Sensibilizar e capacitar, em parceria com a Atenção Primária, as equipes das unidades de saúde.</p>		Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994

**NÚCLEO: VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO R\$</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
------------------	------------------------	---------------------	-------------------------

Ampliar equipe técnica da vigilância sanitária.	Contratar profissional (nutricionista ou enfermeira do trabalho).		
Manter cadastro dos estabelecimentos sujeitos a Vigilância Sanitária	Cadastrar no SIEVISA 100% dos estabelecimentos sujeitos a Vigilância Sanitária no município.		
Fiscalizar empresas fornecedoras de produtos ou serviços a saúde	Fiscalizar 75% das empresas fornecedoras de serviços ou produtos de interesse a saúde.		
Vistoriar empresas fornecedoras de produtos e serviços de interesse a saúde.	Atender 100% da demanda gerada pelo setor regulado.		
Aumentar o número de empresas licenciadas	Realizar busca ativa das empresas que estão funcionando sem Licença Sanitária.		
Vigilância Ambiental – VIGIÁGUA	Conforme pactuado, realizar 75% das análises de controle de água determinadas pela Diretriz Nacional do Ministério da Saúde.		
Vigilância Ambiental – VIGIÁGUA	Levantar pontos e soluções alternativas para coleta de água		
Subsidiar as ações da Vigilância Ambiental	Adquirir equipamento e reagentes para análise do cloro Adquirir etiquetadora Adquirir ependorf para coleta de carrapatos Adquirir caixa isotérmica para coleta de água Adquirir turbidímetro		
Vigilância Ambiental – SIGISOLO	Cadastrar uma área de risco ao ano.		

Implantar a utilização do sistema de registro de Zoonoses	Capacitar os funcionários sobre a utilização do sistema.		
Elaborar material educativo (folders, cartilhas, guias, etc).	<p>Folders sobre o saneamento ambiental</p> <p>Folders na área de alimentos</p> <p>Folders na área de produtos de serviços de saúde</p>		
Capacitação	<p>Buscar cursos de interesse dos funcionários da VISA</p> <p>Proporcionar condições para os funcionários participarem das capacitações oferecidas pela SESA, ANVISA e outros serviços, se possível, estabelecer esquema de pagamento de diária.</p> <p>Promover a capacitação quanto ao cadastramento de animais peçonhentos</p>		
Melhorar as condições de infra estrutura	<p>Aquisição de um carro para vigilância sanitária.</p> <p>Adquirir uniforme adequado (colete, calças e camiseta)</p>		
Sistema de arquivo de documentos	Manter organizado arquivo no setor (eletrônico e físico) e implantar a rotina de backup por meio da nuvem ou pasta compartilhada.		
Desburocratizar o licenciamento sanitário.	Realizar reuniões com setores envolvidos (Secretaria de Indústria e Comércio e Tributação) com o objetivo de levantar dados para		

	<p>agilizar o processo de licenciamento.</p> <p>Definir critérios para o licenciamento por risco sanitário.</p> <p>Definir, se possível, novas validades para o licenciamento, utilizando para isso o grau de risco sanitário.</p>		
Separar os resíduos	<p>Implantar o PGRSS no setor da Vigilância Sanitária.</p> <p>Comprar lixeiras e sacos de lixo adequados.</p>		

#### **NÚCLEO: ENDEMIAS**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO R\$</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Ampliar equipe técnica da vigilância sanitária.	Contratar profissional (nutricionista ou enfermeira do trabalho).		
Manter cadastro dos estabelecimentos sujeitos a Vigilância Sanitária	Cadastrar no SIEVISA 100% dos estabelecimentos sujeitos a Vigilância Sanitária no município.		
Fiscalizar empresas fornecedoras de produtos ou serviços a saúde	Fiscalizar 75% das empresas fornecedoras de serviços ou produtos de interesse a saúde.		
Vistoriar empresas fornecedoras de produtos e serviços de interesse a saúde.	Atender 100% da demanda gerada pelo setor regulado.		

Aumentar o número de empresas licenciadas	Realizar busca ativa das empresas que estão funcionando sem Licença Sanitária.		
Vigilância Ambiental – VIGIÁGUA	Conforme pactuado, realizar 75% das análises de controle de água determinadas pela Diretriz Nacional do Ministério da Saúde.		
Vigilância Ambiental – VIGIÁGUA	Levantar pontos e soluções alternativas para coleta de água		
Subsidiar as ações da Vigilância Ambiental	Adquirir equipamento e reagentes para análise do cloro Adquirir etiquetadora Adquirir ependorf para coleta de carrapatos Adquirir caixa isotérmica para coleta de água Adquirir turbidímetro		
Vigilância Ambiental – SIGISOLO	Cadastrar uma área de risco ao ano.		
Implantar a utilização do sistema de registro de Zoonoses	Capacitar os funcionários sobre a utilização do sistema.		
Elaborar material educativo (folders, cartilhas, guias, etc).	Folders sobre o saneamento ambiental Folders na área de alimentos Folders na área de produtos de serviços de saúde		
Capacitação	Buscar cursos de interesse dos funcionários da VISA Proporcionar condições para os funcionários participarem das capacitações oferecidas pela SESA, ANVISA e outros serviços,		

	<p>se possível, estabelecer esquema de pagamento de diária.</p> <p>Promover a capacitação quanto ao cadastramento de animais peçonhentos</p>		
Melhorar as condições de infra estrutura	<p>Aquisição de um carro para vigilância sanitária.</p> <p>Adquirir uniforme adequado (colete, calças e camiseta)</p>		
Sistema de arquivo de documentos	<p>Manter organizado arquivo no setor (eletrônico e físico) e implantar a rotina de backup por meio da nuvem ou pasta compartilhada.</p>		
Desburocratizar o licenciamento sanitário.	<p>Realizar reuniões com setores envolvidos (Secretaria de Indústria e Comércio e Tributação) com o objetivo de levantar dados para agilizar o processo de licenciamento.</p> <p>Definir critérios para o licenciamento por risco sanitário.</p> <p>Definir, se possível, novas validades para o licenciamento, utilizando para isso o grau de risco sanitário.</p>		
Separar os resíduos	<p>Implantar o PGRSS no setor da Vigilância Sanitária.</p> <p>Comprar lixeiras e sacos de lixo adequados.</p>		

**NÚCLEO: SAÚDE DO TRABALHADOR**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO (R\$)</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
Investigar acidentes de trabalho com óbito, amputações e com menor de 18 anos.	Realizar 100% das investigações em até 10 dias úteis após o recebimento da notificação		VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015  Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994
Fiscalizar empresas dos ramos prioritários.	Realizar 12 inspeções em empresas cadastradas em um dos ramos prioritários: <ul style="list-style-type: none"><li>• 2392-3 - Fabricação de Cal e Gesso;</li><li>• 2013-4 - Fabricação de adubos e fertilizantes;</li><li>• 3101-2/00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira;</li><li>• 1610-2 - Serrarias com e sem desdobramento de madeira</li></ul>		VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015  Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232 /1994
Manter informações atualizadas em Saúde do Trabalhador.	Atualizar o Diagnóstico em Saúde do Trabalhador anualmente		VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015  Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994

<p>Promover ações contra o trabalho infantil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhar 100% das ocorrências de trabalho infantil à Rede de Proteção à Criança, assim como o relatório de investigação ao Conselho Tutelar e ao CEREST Macro Leste.</li> </ul>		<p>VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015</p> <p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Aumentar o número de notificações de agravos relacionados à Saúde do Trabalhador.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar a conhecer aos profissionais da saúde que a omissão da notificação compulsória de doenças e agravos à saúde relacionados com o trabalho, pode implicar na sua responsabilização penal, tendo em vista o crime tipificado no artigo 269 do Código Penal.</li> <li>• Agendar capacitação com a Segunda Regional, para os profissionais de saúde da atenção básica, sobre notificação de acidentes e doenças ocupacionais;</li> <li>• Agendar capacitação com a UST- HT, para os profissionais de saúde da atenção básica, sobre as atividades da Unidade de Saúde do Trabalhador, a fim de estimular o encaminhamento dos pacientes com suspeita de doenças relacionadas ao trabalho.</li> </ul>		<p>VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015</p> <p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

<p>Promover ações específicas para o ramo da construção civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar o roteiro específico durante as inspeções;</li> <li>• Manter vínculo com o Urbanismo como fonte de informação para construções a serem fiscalizadas;</li> <li>• Realizar 24 inspeções;</li> </ul>		<p>VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015</p> <p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Promover ações específicas para o ramo da agricultura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter vínculo com a Secretaria de Agricultura como fonte de informação dos locais a serem fiscalizados;</li> <li>• Realizar 3 inspeções, em empresas classificadas no CNAE A 011, 012 e 013 (Agricultura) ou em Agricultores do município;</li> </ul>		<p>VIGIASUS – Resolução SESA 174/2014; Resolução SESA 261/2015</p> <p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>
<p>Constituir e manter equipe de vigilância em saúde do Trabalhador, de forma a atender a Recomendação 21/2019 MPT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratar 02 técnicos de referência, com formação superior ou técnica na área de saúde e segurança do trabalho, com 40 horas de dedicação exclusiva à saúde do trabalhador;</li> <li>• submissão e aprovação em concurso público dos integrantes da equipe;</li> <li>• Designar, por portaria, todos os integrantes da equipe de vigilância em saúde do trabalhador como autoridades sanitárias;</li> </ul>		<p>Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994</p>

Aquisição de veículo para a equipe de vigilância em saúde do trabalhador, de forma a atender a Recomendação 21/2019 do MPT.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de veículo para uso exclusivo pela equipe de vigilância em saúde do trabalhador;</li> <li>• Plotagem visível no veículo indicando que o mesmo é de uso exclusivo da equipe de VISAT;</li> </ul>		Fundo Nacional de Saúde – Lei nº 8142/1990, Decreto nº 1232/1994
---	--	--	--

#### NÚCLEO: SAÚDE MENTAL

OBJETIVOS	AÇÃO PROGRAMADA	PREVISTO	FONTE DO RECURSO
Promover palestras educativas	- Roda de conversa em escolas, instituições particulares	Não serão necessários recursos adicionais	-
Promover o Matriciamento como ferramenta de gestão do cuidado dos usuários.	- Realizar reuniões nas UBS com os profissionais de saúde visando o manejo do paciente de saúde mental.	Não serão necessários recursos adicionais	-
Realizar Campanha de Prevenção ao Suicídio (Setembro Amarelo).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar Campanhas de Prevenção nas Unidades Básicas de Saúde e ações de outras Secretarias vinculadas a Prefeitura.</li> <li>- Efetuar compra de brindes e confecção de folders para serem distribuídos nas ações educativas</li> </ul>	R\$ 10.000,00	Recurso Municipal

Realizar evento referente ao Dia Mundial da Saúde Mental. (Outubro)	- Realizar Campanha de Conscientização sobre o funcionamento da rede de saúde mental em Terminais de Ônibus, Posto Rodoviário, prédios públicos.  - Confeccionar folders para serem distribuídos nas ações educativas.	R\$ 5.000,00	Recurso Municipal
Promover aperfeiçoamento das equipes da rede de atenção psicossocial.	Atualização e Educação Permanente das equipes de Saúde.	R\$ 10.000,00	Recurso Municipal
Implantar Protocolo Municipal de Saúde Mental.	Elaborar protocolo municipal.	-Não serão necessários recursos adicionais.	-
Implantar Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (EMASM).	Realizar atendimentos ao público infantil que apresenta transtorno mental	R\$ 30.000,00	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 3588, de 21 de dezembro de 2017
Implantar Protocolo do Serviço de Psicologia.	Elaborar protocolo municipal	Não serão necessários recursos adicionais.	-
Manter convênios com universidades para apoio a Rede de Atenção a Saúde Mental.	Ampliar os atendimentos na Rede de Atenção a Saúde Mental	Não serão necessários recursos adicionais	-

**NÚCLEO: REDE DE URGENCIA E EMERGÊNCIA**

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÃO PROGRAMADA</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>FONTE DO RECURSO</b>
------------------	------------------------	-----------------	-------------------------

Promover aperfeiçoamento das equipes da rede de urgência e emergência.	Atualização e Educação Permanente das equipes de Saúde.	R\$ 10.000,00	Recurso Municipal
Implantar Protocolo Municipal da Rede de Urgência e Emergência.	Elaborar protocolo municipal.	-Não serão necessários recursos adicionais.	-
Implantar Protocolo do Transporte Sanitário.	Elaborar protocolo municipal	Não serão necessários recursos adicionais.	-
Manter convênios com escolas de enfermagem para apoio a Rede de Urgência e Emergência	Manter a qualidade dos serviços na Rede de Urgência e Emergência	Não serão necessários recursos adicionais	-
Manter Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).	Manter o serviço em funcionamento	R\$ 70.140,00  R\$ 72.331,50	Recurso Federal Fundo Nacional de Saúde Portaria nº 4264, de 27 de dezembro de 2018 Recurso Estadual Resolução SESA nº 357/2009